

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0005565-71.2015.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
Requerente: **RAFAEL TADEU CAMPANELE AUNES**  
Requerido: **Lenovo Tecnologia Brasil Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**DECIDO.**

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido um produto da ré, o qual após alguns dias apresentou problemas.

Alegou ainda que a ré em contato com a ré essa se negou a reconhecer vício pois o mesmo ocorreu em apenas um pixel da tela do monitor, de sorte que tenciona receber de volta o valor que despendeu.

A ré em contestação reconheceu a existência do problema invocado à fl. 01.

Admitiu, como se não bastasse, também que quando foi procurada devido ao vício apresentado se recusou ao reparo pois o problema narrado não é considerado um defeito/vício de qualidade.

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Com efeito, o vício apontado pelo autor deve ser reputado existente, tanto que a ré o admitiu.

Tal postura não seria razoável se o produto estivesse funcionando regularmente, cumprindo registrar que ela não amealhou um único indício técnico a esse propósito, além de sequer demonstrar concretamente que a queima de um único pixel não é considerado como vício de qualidade.

Tocava à ré a demonstração pertinente na forma do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu desse ônus.

Nesse contexto, patenteado o vício no produto e a impossibilidade de sua reparação no trintídio, é de rigor a aplicação ao caso da regra do art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, prosperando no particular a restituição do valor despendido pelo autor para a aquisição do objeto.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar rescindido o contrato firmando entre as partes e condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 1.699,00, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2015 (época da compra), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Cumprida a obrigação pela ré, ela terá o prazo de trinta dias para retirar o produto que se encontra na posse do autor; decorrido tal prazo in albis, poderá o autor dar ao produto a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760